





Especial

04

Tempo de uvas



Diploma

10

Engenharia: sonho realizado aos 82 anos



Convênio

12

Unimed da AEAARP é a mais vantajosa do mercado

Habitação

14

Coliving: o concreto e o HIS

Tecnologia

16

Sensores: o que são e como funcionam

CREA-SP

18

Aquecedores oferecem risco?

Resolução nº 1.067, de 25 de setembro de 2015 20

Parceria

22

Luzes da cidade

AEAARP na rede

24

Árvores

26

Troncos ornamentais

Siga nas redes sociais: @ AEAARP













Horário de funcionamento AEAARP - das 8h às 12h e das 13h às 17h CREA - das 8h30 às 16h30 Fora deste período, o atendimento é restrito à portaria.



Eng. Civil Fernando Junqueira

PALAVRA DO PRESIDENTE

A sua entidade de classe é do tamanho e da qualidade que você quer que seja. Essa frase tem me guiado nesses primeiros meses de trabalho à frente da AEAARP. Temos atuado em conjunto, diretoria e conselho, em busca de um objetivo em comum: o fortalecimento da nossa Associação perante a opinião pública e os órgãos oficiais - poderes executivo, legislativo, conselhos e entidades de classe.

Com foco nesse trabalho, ampliamos a participação de associados em instâncias de debate. Diretores podem convidar colegas para atuarem como parceiros em suas áreas - notadamente nas diretorias técnicas. Abrimos a nossa casa, que é a nossa bela sede no Jardim São Luiz, para encontros, reuniões e eventos promovidos pelo poder público. Recepcionamos com entusiasmo reuniões da Região Metropolitana, das secretarias municipais, do CREA-SP e do CAU-SP. Mais: participamos e divulgamos amplamente todas elas.

Estamos sempre a postos para responder demandas da imprensa, assim como propor pautas que entendemos ser relevantes para a sociedade, como a campanha de arrecadação de eletrônicos, a Campanha Civilidade nas Ruas, o debate acerca do reuso de efluentes etc.

Investimos nisso com o único propósito de mostrar aos nossos interlocutores e à sociedade o que para nós é evidente: sem engenharia, arquitetura, agronomia e geologia, não há futuro em uma casa, cidade, estado ou país. Em troca, esperamos reciprocidade dos nossos parceiros e um mercado melhor para todos trabalharmos. Assim, geramos emprego, renda, segurança e teremos uma entidade do tamanho que nós sabemos que somos.

Rua João Penteado, 2237 - Ribeirão Preto-SP Tel.: (16) 2102.1700 Fax: (16) 2102.1717 www.aeaarp.org.br / aeaarp@aeaarp.org.br

Eng.º Civil Fernando Paoliello Junqueira Presidente

Eng.ª Civil e Seg.ª Trab.º Maria Mercedes Furegato Pedreira de Freitas Vice-presidente

Diretoria Operacional

Eng.º Civil Luiz Umberto Menegucci -Diretor Administrativo Eng.º Agr.º Benedito Gléria Filho -Diretor Financeiro Eng.º Civil Paulo Henrique Sinelli - Diretor Financeiro Adjunto Eng.º Civil Milton Vieira de Souza Leite - Diretor de Promoção da Ética de

Exercício Profissional

Ara, a e Urb, a Ruth Cristina Montanheiro Paolino - Diretor Ouvidoria

Diretoria Funcional

Eng.º Agr.º Bruno Prota Guimarães de Oliveira - Diretor de Esportes e Lazer Arq.ª e Urb.ª Adriana Bighetti Cristofani - Diretor Comunicação e Cultura Eng.º Civil Rodrigo Fernandes Araújo - Diretor Social Eng.º Agr.º Alexandre Garcia Tazinaffo - Diretor Universitário

Diretoria Técnica

Eng.º Agr.º Leonardo Ramos Barbieri - Agronomia, Agrimensura, Alimentos e Afins Arg.ª e Urb.ª Cristina Heck Vitaliano Dolacio - Arquitetura, Urbanismo e Afins Eng.º Prod.º Mec.ª Celso de Azevedo - Engenharia e Afins

CONSELHO DELIBERATIVO

Eng.º Civil Roberto Maestrello - presidente

Eng.º Civil José Aníbal Laguna Eng.º Agr.º José Roberto Scarpellini

Eng.º Civil Arlindo Antonio Sicchieri Filho

Eng.º Agr.º Callil João Filho

Arq.º Carlos Alberto Palladini Filho

Arg.ª Neusimeri de Lima Rossini Bergamasch

Eng.º Civil Nelson Martins da Costa

Eng.º Civil Carlos Eduardo Nascimento Alencastre

Arq.ª e Eng.ª Seg.ª do Trab.º Fabiana Freire Grellet

Eng.º Civil Wilson Luiz Laguna

Eng.º Civil e Seg.ª do Trab.º Luis Antonio Bagatin

Eng.º Agr.º Gilberto Marques Soares

Eng.º Mec.º Giulio Roberto Azevedo Prado

Eng.º Elet.º Hideo Kumasaka

Suplente

Eng.º Agr.º Geraldo Geraldi Jr

Eng.º Agr.º Germano Rafael Bilotta Mariutti

Eng.º Civil Edgard Cury

Arg.ª e Urb.ª Renata de Paula Fonseca Palladini Eng.º Eletr.ª e Seg.ª Trab.º Odalecio Costa Martins

Eng.º Agr.º Jorge Luiz Pereira Rosa

REVISTA PAINEL

Conselho Editorial: Arg.ª e Urb.ª Adriana Bighetti Cristofani, Arq.º e Urb.ª Carlos Palladini, Eng. agr. José Roberto Scarpellini, Eng.º Civil Rodrigo Araújo - conselhoeditorial@aeaarp.org.br

Conselheiros titulares do CREA-SP indicados pela AEAARP:

Eng.º Mec.º Giulio Roberto Azevedo Prado (titular), Eng.º Mec.º Fábio Narciso (suplente), Eng.ª Civil, Seg.ª do Trab.º Mercedes Furegato Pedreira de Freitas (titular) e Luís Antônio Bagatin (suplente)

Coordenação editorial: Texto & Cia Comunicação Rua Mantiqueira, 750, sala 7 Ribeirão Preto SP - CEP 14020-620 Fones: 16 3916.2840 | 3234.1110

Editoras: Blanche Amâncio - MTb 20907,

Comercial: Lisa Alencastre - 16 2102.1700

Tiragem: 3.000 exemplares

Daniela Antunes - MTb 25679

Locação: Solange Fecuri - 16 2102.1718 Editoração eletrônica: Mariana Mendonça Nader

Foto capa: Divulgação

Impressão e fotolito: São Francisco Gráfica e Editora Ltda

Painel não se responsabiliza pelo conteúdo dos artigos assinados. Os mesmos também não expressam, necessariamente, a opinião da revista.



Se Ricardo Baldo teve alguma aula sobre uvas na faculdade de engenharia agronômica, na Unesp de Jaboticabal, ele não se lembra. Ainda assim, em 2016 um dos clientes da empresa da qual era sócio - e que atuava no setor da pecuária - lançou o desafio: queria montar um vinhedo em Ribeirão Preto.

Dez anos antes, o advogado e empresário Luís Roberto Martino Lorenzato Di Ivrea tinha observado a grande amplitude térmica na propriedade que acabara de adquirir em Ituverava e onde ele iniciou, há 17 anos, o seu próprio vinhedo.

Depois deles, o empresário Luiz Biagi ascendeu para esse negócio, uma tradição em sua família de origem italiana - ainda hoje, os remanescentes do Biagi produzem vinho na Itália.

As histórias das três vinícolas revelam que o conhecimento e o manejo agronômico são capazes de fazer a terra boa para a cana-de-açúcar, uma cultura rústica, também fazer brotar uvas, fruta delicada e suscetível a alterações climáticas.

Luiz se convenceu de que a Fazenda Cravinhos seria propícia para a produção de uvas viníferas depois de visitar as vinícolas da região. As condições geológicas eram evidentes: altitude de 800 metros e grande amplitude térmica.

"Minha inspiração para esta iniciativa veio do amigo Paulo Brito, da vinícola Guaspari. Ao visitar o local sai encantado com o projeto, mas ao mesmo tempo com a sensação de ser inatingível na nossa região", conta.

Dois anos depois, ele visitou a vinícola de Roberto Lorenzato, em Ituverava, e percebeu que as coisas não eram tão complexas. Luiz conta que foi Roberto quem o incentivou, mostrando a viabilidade da cultura, oferecendo mudas, orientação técnica e acompanhamento.

Roberto fez isso para comprovar que uma característica climática desta região, famosa pelas altas temperaturas, é essencial para viabilizar os vinhedos: a amplitude térmica.

No início dos anos 2000, a família de Roberto organizou uma festa junina na propriedade que a haviam recém adquirido em Ituverava. O plano era instalar um haras naquelas terras. Quando percebeu a amplitude térmica, começou a mudar de ideia.

"As pessoas têm a falsa ideia de que precisa ser frio para a uva ser feliz. Em Portugal, a uva é colhida entre agosto e setembro, a uma temperatura de 40 a 45 graus. A uva não gosta de umidade, por exemplo. A região de Ribeirão Preto tem condições climáticas perfeitas no inverno: não chove e faz muito calor. E é frio a noite e quente de dia", resume.

A isso se soma o manejo da cultura. No vinhedo de Roberto, o traçado é simétrico e organizado de tal forma que valorize a incidência do sol.

Em duas safras no ano, janeiro (safrinha) e agosto (a principal), a vinícola Marchese produz 70 mil garrafas de vinho em diferentes configurações – tinto, branco, rosé, licoroso, espumante rosé, espumante moscatel e duas grapas bidestiladas, envelhecidas em carvalho.

Grapa é um dos subprodutos da destilação do vinho. Tem alto teor alcóolico - de 37% a 60% - e é produzida desde a Idade Média.

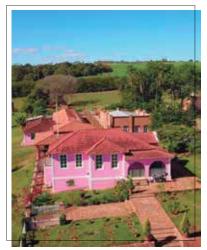


Na vinícola Biagi, Luiz escolheu plantas com material genético de origem italiana, para seguir homenageando a família. "Meu avô Pedro Biagi chegou ao Brasil, vindo da região de Veneto na Itália em janeiro de 1888, pelo navio Adria. Nossa família desde essa época trabalhava com vinhedos", fala. O primeiro rótulo lançado por Luiz homenageia o avô (chama-se Pietro), e o segundo, a esposa (Carina).

Inicialmente foram plantados 12 hectares das uvas Moscato Giallo, Nebbiolo e Sangiovese, cuja primeira safra foi em meados de 2022. São uvas consagradas há centenas de anos na Itália, das quais são feitos os vinhos Brunello, Chianti e Barolo. A expectativa é a de chegar aos 20 hectares quando o projeto estiver 100% concluído, resultando em 100 mil garrafas de vinho por ano.



Uva produzida em Ribeirão Preto



Vinícola de Ituverava

Atualmente, o envase é feito em Caldas (MG), em uma empresa parceira. A fábrica própria deverá ser construída nos próximos meses, com projeto da arquiteta e urbanista Sissi Verri.

A poda

O engenheiro agrônomo Ricardo Baldo explica que, para além da amplitude térmica, é no manejo das plantas que está o segredo do sucesso das videiras viníferas nesta região.



Escultura de Uva feita com antigos discos de arados da fazenda na Vinícola Biagi

O pulgão amarelo batizado *Phylloxera vastatrix*, ou o exterminador de vinhas, mudou o mundo dos vinhos a partir do início do século XX. O engenheiro agrônomo Ricardo Baldo conta que, depois da filoxera (como é popularmente conhecida) atacar as raízes da planta em vários continentes - da Ásia à Europa - os produtores adotaram técnicas de enxerto, já utilizadas nos Estados Unidos, para tornar a planta mais resistente. Deu tão certo que ainda hoje é uma técnica usada nessa lavoura. "O enxerto é uma forma de segurança", fala o agrônomo. A parte radicular da planta, ou seu corpo, é chamado de cavalo e carrega a borbulha da uva (no caso do Terras Altas, cepas francesas).

As espécies plantadas na vinícola Terras Altas têm origem na França. Ricardo conta que antes de testar a técnica de plantio, poda, colheita e envase no primeiro hectare plantado experimentalmente, viajou para países produtores e se dedicou a especializar-se no tema e também em uma pós-graduação na área de enologia.

TRANSIÇÃO DE CARREIRA

Ricardo Baldo tinha 20 anos de carreira estabilizada no mercado de pecuária de corte. O convite para estudar o setor vinícola surgiu em meio a um outro negócio, o de montar um haras.

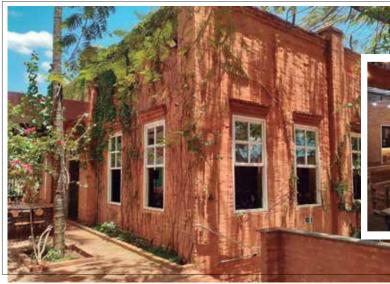
Os proprietários da área lançaram o desafio: ao invés de criar gado, que tal produzir vinhos?

Inicialmente, Ricardo se propôs a estudar o mercado - àquela altura, apenas a Vinícola Marchese operava nesta região. Depois, entrou de cabeça: deixou uma carreira estabilizada para começar em um novo negócio. "Do zero", frisa, sem qualquer vestígio de arrependimento.

Atualmente, Ricardo é sócio da Vinícola Terras Altas.



Vinícola Marchese di Ivrea



Vinícola Marchese di Ivrea

Ele também visitou centros de pesquisa no Brasil, da Embrapa, do IAC-Instituto Agronômico de Campinas e a EPAMIG-Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Minas Gerais em Caldas (MG). Concomitantemente à sua busca por informações técnicas, esses centros desenvolviam um novo protocolo para produção de uvas no sudeste do Brasil.

Um desses protocolos é o da dupla poda. Ricardo explica que em regiões mais frias, como as dos estados do Sul do país, a safra da uva é de janeiro a março. Significa que a poda dessas videiras acontece no mês de agosto do ano anterior – os seis meses seguintes são de floração e produção dos frutos.

As videiras da região sudeste, que tem clima mais quente, aceitam duas podas: em agosto e fevereiro. Isso faz com que a maturação das uvas aconteça na melhor época do ano, o inverno, quando os dias são quentes, as noites frias, o solo é seco e a radiação solar é abundante.

A Terras Altas tem vinhedos e indústria própria – e os equipamentos de vinificação são franceses e italianos. Ricardo conta que o projeto industrial foi concebido para extrair a melhor qualidade da fruta que o campo possa produzir, pensando em um vinho de qualidade superior.

São dois pavimentos na vinícola. No superior, são recebidas as uvas colhidas. As frutas chegam no andar inferior por gravidade. Isso, segundo Ricardo, evita o contato da fruta com um equipamento que teria de bombear as frutas. O processo, ele garante, preserva a qualidade do fruto e consequentemente do vinho produzido.

A DUPLA PODA

Agosto: Podam as videiras, retiram as inflorescências para não produzirem e investem na nutrição das plantas, para uma boa reserva nutricional das videiras. Desta forma, produzirão somente folhas e ramos.

Fevereiro: poda convencional e manutenção das flores visando, agora, a produção de uvas.

Maio: início da maturação das uvas

Julho a agosto: colheita e processamento para produção de vinhos.



Vista aérea da Vinícola Terras Altas

ESPECIAL

A "agressividade" do processo industrial da uva pode acarretar em uma liberação excessiva de taninos no mosto, principalmente os indesejáveis que trazem defeitos ou prolongam o tempo em que o vinho poderá ser consumido.

O movimento oscilatório da desengaçadora, máquina que retira as bagas da uva dos seus cachos, faz as frutas se soltarem de forma suave e sem rompimentos bruscos. As bagas seguem para um equipamento que possui roletes de silicone que geram um pique na casca para extração do suco.

> "Em nenhum momento a uva é esmagada como antigamente, uma Inovação francesa", garante.



Tanques de aço inox

Imediatamente seguem por gravidade para os tanques de aço inox que estão no pavimento inferior para dar início ao processo de vinificação.

Essa etapa é feita totalmente em tanques de aço inox. No primeiro caso, são 25 dias até o suco se converter em vinho e mais cinco meses para a bebida se tornar estável. Daí, o vinho pode permanecer nos tanques de inox ou seguem para barricas de carvalho francês.

A bebida produzida nos tanques de aço inox tem aroma mais frutado, "leve e fácil de beber", segundo Ricardo.

"Quando estão em estágios nas barricas de carvalho francês, o processo de estabilização é de 12 meses no mínimo e a bebida fica mais estruturada, com aromas provenientes das barricas, trazendo uma complexidade e um refinamento maior para o vinho", explica. Segundo ele, vinhos "mais simples" demoram pelo menos um ano para chegarem às taças dos consumidores.

A operação das três vinícolas demonstra que, a região que ganhou fama internacional pela produção cafeeira e a agroindústria canavieira, iniciada nas destilarias depois convertidas em usinas, também é capaz de ter produtos tão sofisticados quanto vinhos. O diferencial é o conhecimento, a tecnologia e a técnica.







Vinhedo na Vinícola Biagi



VEJA NO PORTAL AEAARP

Notícias 🕜
Eventos 🏈
Guias 🏈
Convênios 🏈
Painelcast 🏈
Revista Painel 🏈





Com pouco mais de um ano de vida, Marcos Antônio Jerônimo de Melo chegou a Ribeirão Preto com os pais e irmãos. José Jerônimo tinha uma missão profissional a cumprir: ajudar José da Silva Bueno a colocar no ar aquela que foi a primeira emissora de rádio da cidade e a segunda do país, a PRA-7.

José Jerônimo era um "Zé faz tudo", na descrição do filho. Nesse "tudo" cabem serviços de técnico de radiodifusão e, em alguns momentos, de "um verdadeiro engenheiro". A PRA-7 foi ao ar pela primeira vez no dia 23 de dezembro de 1924. O CREA-SP surgiu mais de uma década depois, em 11 de dezembro de 1933. E, agora, um dos filhos do "Zé faz tudo" da PRA-7 realizou um dos sonhos do pai e acaba de se graduar como engenheiro de produção.

Nesse feito pessoal, Marcos soma mais uma marca inédita para a família: ele é um dos brasileiros com mais idade a receber a Carteira de Identidade Profissional, concedida pelo CREA-SP àqueles que são graduados nas áreas profissionais de engenharia, agronomia e geologia.

TEMPO

É verdade que Marcos Antônio esperou muito tempo por isso. Ele prestou vestibular aos 77 anos e concluiu o curso aos 82. Até tentou um curso superior antes disso. "Custava caro e achei melhor parar e ajudar os meus filhos", conta ele sobre o período de um ano e meio que fez direito na Unaerp.

Marcos foi policial militar entre 1963 e 1988. Ele conta que nesses anos tentou entrar para a escola de oficiais da polícia e prestou vestibulares para engenharia e medicina.

Sem ter sucesso, até então, em conquistar o próprio diploma, conseguiu, porém, garantir a formação superior dos três filhos: dois em direito e uma em enfermagem.

Foi um deles, o mais velho, foi quem o incentivou a insistir no sonho de ter um diploma universitário. Marcelo Jerônimo, que também foi policial militar, queria agregar ao currículo, além do direito, também uma formação em engenharia. Ele e a esposa convenceram Marcos a tentar.

"Eu achei que não ia dar certo, porque já fazia tempo que eu não estudava. Mas, deu", lembra Marcos, agora graduado em engenharia junto com o filho.

AO PAI

Ele já pegou o diploma e quando conversou com a reportagem da Painel se preparava para receber a carteira profissional das mãos do engenheiro Vinícius Marchese, presidente do CREA-SP.

O sonho do José Jerônimo era ter um filho formado. Marcos é o primeiro a obter essa conquista.

"Agora, só Deus sabe. Nessa idade, a gente não pode ter expectativa", fala, resignado com a carreira e orgulhoso de sua conquista.



Serviço tem atendimento exclusivo para emissão de guias e procedimentos; reajuste segue contrato que combina sinistralidade e índice FIPE Saúde

A AEAARP possui diversos benefícios concedidos aos seus associados, mas, inegavelmente, o maior de todos é nosso contrato de prestação de serviços com a UNIMED, assinado em 1 de fevereiro de 2000.

Nesses 23 anos, diversos aditivos nortearam essa relação, por força de alterações regulatórias por parte da ANS-Agência Nacional de Saúde Suplementar ou para melhorar o atendimento aos nossos associados, acrescentando procedimentos que originalmente não estavam previstos.

De todas as cláusulas acordadas, a que mais incomoda boa parte dos associados são aqueles referentes aos reajustes impostos por força contratual. No caso de plano coletivo, foge à normalidade dos reajustes usualmente aplicados aos planos individuais, cujo índice máximo é imposto pela ANS. Todavia, é fato que nos planos individuais os preços são muito mais elevados.

A Agência regula as formas de reajustes dos planos individuais e fiscaliza os planos coletivos. No entanto, nestes, a forma de reajuste é aquela prevista em contrato firmado entre as partes.

Os planos coletivos, **sem exceção**, partem do princípio de que da totalidade de associados, num determinado período apenas uma parte se utiliza dos serviços oferecidos, num outro período os usuários se alternam e assim ocorre sucessivamente. Sendo assim, em determinado período a maior parte financia aqueles que dele mais precisam. Trata-se de um modelo de mutualismo, que é também um dos princípios fundamentais do associativismo. É por essa razão, via de regra, que os planos coletivos como o da AEAARP têm custos menores para os associados comparados aos planos individuais.

A título de exemplo, um plano de saúde contratado na modalidade individual, com a mesma UNIMED, hoje tem preço de venda no balcão entre R\$ 3.177,00 e R\$ 4.288,00 para um consumidor com 59 anos de idade ou mais.

Também, sem exceção, os planos coletivos possuem regras próprias de reajuste previstas em contrato, não fiscalizados pela ANS e, na maioria deles, como é o nosso caso, a fórmula do reajuste é composta pela inflação dos serviços médicos, indicados pelo **FIPE SAÚDE** mais o **Índice de Sinistralidade**.

Sinistralidade é o conceito utilizado para definir a relação entre o custo por acionar o plano de saúde (sinistro) e o valor que a operadora do plano recebe da empresa (prêmio). Esse é o principal indicador para entender se os valores do plano estão equilibrados e fazem sentido. Caso haja desequilíbrio, ele é utilizado como base para reajustes. Mas essa é uma definição resumida e simplificada.

Vamos entender melhor esse funcionamento: toda vez que um associado aciona o plano de saúde, seja para consultas, exames ou cirurgias, ele gera para a UNIMED um custo que é chamado de sinistro. Cada sinistro tem um valor variável de acordo com o procedimento realizado pelo associado. Os custos precisam ser pagos de alguma forma e para isso existe o prêmio, que é um valor fixo definido em contrato que a AEAARP paga a UNIMED.

Aqui surge uma questão: quando os custos variáveis dos sinistros superam o valor fixo do prêmio, a sinistralidade serve para fazer esse acompanhamento e, em caso de desequilíbrio, é necessário realizar os ajustes para obter o equilíbrio financeiro e, portanto, a segurança na prestação de serviços para todos, de maneira sustentável.

A ANS recomenda que para contratos coletivos, o índice de sinistralidade seja de 75%. No contrato da AE-AARP, de acordo com o aditivo contratual, esse índice foi ajustado em 82,5%, sendo está mais uma vantagem de nossa negociação coletiva, pois impacta menos no reajuste do que se nosso teto padrão fosse os 75%.

São raros os contratos com índice maior do que esse, negociado no passado pela nossa Diretoria e que beneficia nossos associados. Outro importante benefício conquistado no passado pela Diretoria da Associação foi o de desconsiderar as faixas etárias na precificação do serviço. Não há serviço de saúde disponível no mercado que ofereça esse benefício, exclusivo para associados AEAARP.

Todos esses benefícios conquistados no passado têm tornado nosso plano muito atrativo a profissionais com idade mais elevada, porém pesando no aumento do índice de sinistralidade, já que essa é a faixa de associados que mais demandam os serviços de saúde.

Pesa também no FIPE SAÚDE e no índice de sinistralidade a Variação de Custos Médicos e Hospitalares (VCMH), também conhecido como **inflação médica**. Esse cálculo é baseado nas despesas assistenciais per capita das operadoras de planos de saúde com procedimentos, equipamentos e medicamentos. Em razão de a grande parte dos medicamentos, insumos médicos e aparelhos de exames serem importados, o custo está diretamente atrelado ao valor do dólar. A frequência de utilização dos serviços também impacta nos custos do setor.

Neste último ano (2022), todas as operadoras de saúde, **sem exceção**, enfrentaram uma demanda reprimida de procedimentos eletivos (cirurgias e tratamentos sem urgência) devido ao vírus da Covid-19 que, no período de pandemia, retardou de forma importante esses procedimentos. Também aumentou a procura por tratamentos de sequelas a um grande número de pessoas que contraíram o vírus. Essas demandas elevaram de forma absurda os Índices de Sinistralidade. Nosso contrato não é exceção.

Por razões que a ciência ainda não responde de forma plena, o número de doenças oncológicas tem aumentado anualmente na população, e os custos com estes tratamentos são altíssimos, pressionando também a sinistralidade de todos os contratos e operadoras.

Neste último ano, o índice esteve sempre em torno de 100% que, subtraído do índice contratual de 82,5 %, gera um piso de reajuste de 17,5 %.

Cabe ressaltar que a este índice, deve ser somado o FIPE SAÚDE, conforme cláusula contratual, que durante todo este ano, tem girado em torno de 10%. Ao índice de sinistralidade do nosso contrato com a UNIMED, deve ser subtraído o valor de glosa proporcionado por nossa Auditoria Médica que, pela média, deverá ter impacto de 3,5% a 4%.

Realizadas todas as contas, apesar dos esforços e atenção da Diretoria, este ano espera-se um reajuste substancial em nosso plano. Algo entre 23 e 26%. Este índice ainda está abaixo de muitos outros planos coletivos, sobretudo quando consideramos o perfil etário de nossos usuários. Precisamos trabalhar em conjunto para uma sinistralidade mais equilibrada nos próximos 12 meses e também para promovermos o ingresso de novos associados no plano de saúde, de modo a obtermos melhor equilíbrio futuro.

De todos os planos coletivos que a UNIMED possui em Ribeirão Preto, o nosso contrato é um dos que sofrerá o menor reajuste e, ainda assim, oferece valores muito mais vantajosos do que os planos individuais contratados nesta mesma operadora. Há casos, aqui mesmo em Ribeirão Preto, de alguns planos de saúde preverem reajustes na faixa de 50%. Portanto, apesar de nosso contrato ser reajustado de forma expressiva, ainda preserva valores mais baixos que os planos coletivos semelhantes e é inegavelmente mais atrativo do que os planos individuais.

Assim sendo a Diretoria espera contar com a compreensão dos associados informando que continuará atenta a todos os procedimentos que possam impactar nos próximos reajustes.



COLIVING: o concreto e o HIS

Dois projetos de moradia compartilhada, no mercado e na universidade

O resultado do censo do IBGE divulgado recentemente mostrou que 15,9% da população brasileira vive sozinha. Dez anos antes, esse índice era de 12,2%. O engenheiro Marcelo Monteiro está atento a esse movimento há pelo menos meia década, quando começou a viajar pelo mundo e pesquisar um novo modelo de empreendimento, o coliving – ou, a moradia compartilhada.

Marcelo é engenheiro civil há 25 anos e essa é a primeira fez que lança um produto conceitual. Ele foi à Inglaterra e à Roma para conhecer o modelo de empreendimento imobiliário que valoriza os espaços compartilhados. A isso, acrescentou experiências.

"Desenvolvi um aplicativo no qual as pessoas poderão compartilhar de carona à pizza, além de terem eletrodomésticos de uso coletivo, como robô aspirador", explica.

O projeto contempla, além da incorporação e construção, também a gestão do empreendimento pós-entrega, com funcionários responsáveis inclusive por promover festas e encontros sociais.

Ele intui que o empreendimento atraia pessoas de 18 a 60 anos e que valorizem a convivência. As unidades habitacionais têm de 27 a 42 metros quadrados e possuem espaços essenciais: banheiro, quarto, cozinha compacta. Os outros ambientes são coletivos. "A ideia é valorizar e gerar convivência", explica. O modelo lançado em Ribeirão Preto, e que será entregue no final desse ano, foi replicado na capital paulista. O ineditismo está no fato de que Marcelo se propôs a construir e gerir o condomínio, proporcionando a socialização entre os moradores.



Essa também é a ideia da arquiteta e urbanista Júlia Celeguim Mininel, mas em um projeto que ela não sabe se um dia sairá do papel, apesar de ser premiado.

Recentemente, o Trabalho de Conclusão de Curso de Júlia foi selecionado em quarto lugar em uma premiação do CAU-BR. Trata-se de uma proposta de recuperação de um edifício de sete pavimentos no centro de Ribeirão Preto. "Eu pegava ônibus em frente, por isso escolhi", conta a jovem arquiteta.

PLHIS- PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Segundo a advogada Ana Cláudia de Paula Pereira, diretora de Habitação da Secretaria Municipal de Planejamento, o PLHIS-Plano Local de Habitação de Interesse Social foi debatido no setor público por pelo menos uma década e está em vigência desde 2020.

Ana Cláudia esclarece que a lei municipal prevê isenções de taxas, impostos e flexibilização de regras arquitetônicas e urbanísticas.

O projeto original do edifício é de Manoel Carlos de Soutello, que o construiu nos anos de 1950 sob encomenda da Sociedade União dos Viajantes. Manoel foi contemporâneo de Ijair Cunha e Cássio Pinheiro Gonçalves e fez parte dessa geração que introduziu novos métodos de construção em Ribeirão Preto a partir dos anos de 1950.

Júlia não tem informações sobre o fechamento e abandono do prédio e concentrou seu trabalho na organização espacial para destiná-lo a projetos de HIS-Habitação de Interesse Social com conceito de moradia compartilhada.

As unidades habitacionais projetadas por ela têm de 24 a







70 metros quadrados, com mobiliários projetados para descomplicar o uso dos espaços. Júlia também previu um centro comunitário e um mirante no sétimo pavimento. No térreo, a arquiteta previu a abertura de uma galeria de uso coletivo, onde os moradores possam usar como espaço comercial. Toda a concepção de seu projeto visa ao uso como HIS.

O PRÊMIO

O trabalho de Júlia foi premiado na categoria Projeto de Patrimônio Cultural Arquitetônico e Urbanístico e foi apresentado em um evento do CAU-SP realizado na AEAARP.





(16) 3514-0618





· Mais de 12 anos no mercado.

· Trabalhando com respeito ao meio ambiente.

A Neomix oferece qualidade concreta para sua obra.







Sensores são dispositivos capazes de detectar e responder com eficiência a algum estímulo, como calor, pressão, movimento e luz. Eles representam a mais nova revolução tecnológica, principalmente pela sua popularização e uso em diversas áreas, como na agricultura, medicina, celulares, reconhecimento facial, wi-fi, estradas, entre muitos outras. Mas o que é e como funciona um sensor?

O sensor é, geralmente, um dispositivo eletrônico que sente e detecta informações do ambiente, passadas a partir de algum estímulo. Essas informações, mais tarde, são convertidas e interpretadas por outros dispositivos. Um exemplo são as portas do metrô que, ao perceber que alguém ainda está parado à porta, não fecha.

"Esse sensor pode usar a frequência de luz. Então vai ter duas partes [do sensor], uma de cada lado da porta, que vão estar emitindo esse feixe de luz. Se tiver alguém, não vai chegar do outro lado o feixe de luz", explica a professora Cíntia Borges Margi, do Departamento de Engenharia da Computação e Sistemas Digitais da Escola Politécnica da USP.

APLICAÇÕES

Os sensores estão presentes no nosso cotidiano e muitos são ligados à área médica, como os sensores de oxigênio e os de frequência cardíaca. Também existem aqueles sensores capazes de monitorar o ambiente, como os que medem a umidade do solo de uma plantação, que avisa o dispositivo responsável pela irrigação que ele não precisa ser ligado.

"Isso é importante também porque entra na questão da sustentabilidade. Se eu tenho um melhor controle da quantidade de água no solo, eu não estou dispersando os nutrientes dele, nem atrapalhando o processo de crescimento da planta. Mas também não estou desperdiçando esse recurso hídrico, regando mais do que precisa", conta Cíntia.

A tecnologia tem um alcance enorme. Hoje, os carros autônomos só são uma realidade por conta da quantidade de sensores presentes: acústico, elétrico, de movimento, os que são capazes de detectar objetos ao redor e até mesmo a câmera.

"Um projeto que a gente está desenvolvendo no nosso laboratório é justamente usar a comunicação, por exemplo, o rádio, como um sensor", diz Cíntia. A ideia é usar sinais eletromagnéticos, emitidos pelo rádio, entre dois objetos. "Quando um objeto passa, ele gera uma interferência, e eu sou capaz de analisar esse sinal e identificar que houve um objeto passando e usar essa informação para várias coisas", ela explica. Essa tecnologia pode ser usada também para monitorar ambientes internos.

"A gente está mudando e ampliando a maneira de enxergar esses sensores, pensando nesses objetos, nesses dispositivos eletrônicos que a gente já tem no nosso cotidiano e como é que a gente pode usá-los para obter essas informações do meio e melhorar o nosso bem-estar", lembra Cíntia.



Melhores serviços, otimização do trabalho, sustentabilidade e promoção de bem-estar são todos benefícios trazidos pelo uso de sensores. "A tecnologia tem que vir para nos ajudar, nos facilitar a vida, digamos assim. Com certeza ela tem que ser um aliado para que a gente tenha uma melhor qualidade de vida", diz.

Por exemplo, o monitoramento das câmeras de tráfego é um trabalho muito desgastante, que pode ser facilitado pelo uso dos sensores, que geram alarmes que avisam quando há uma movimentação diferente. Isso acaba otimizando e melhorando o trabalho.

"Eu não vejo como substituindo o ser humano, eu vejo como ajudando", diz a professora. Eles, na verdade, têm que servir como auxiliares de tarefas cotidianas, principalmente no trabalho. Em sua análise, os sensores não vão substituir o trabalho humano: "Esses dados que a gente coleta com sensores têm que ser analisados e interpretados por alguém que conheça o assunto. A tecnologia é sempre um aliado para aliviar no trabalho mecânico e permitir que a gente faça um trabalho criativo", diz Cíntia. "Eu acho que na criatividade a gente sempre vai ser melhor", finaliza a professora.



Fonte: Jornal da USP



Aquecedores OFERECEM RISCO?

À combustão ou elétricos, aparelhos requerem manutenção e cuidados de segurança



Com a média de temperatura abaixo de 22°C para as regiões Sul e Sudeste do País neste inverno, segundo o INMET-Instituto Nacional de Meteorologia, em algumas regiões, os aquecedores são mais exigidos para enfrentar o período de frio com conforto. As opções disponíveis no mercado são muitas, com tamanhos, cores, formatos e preços diferentes, mas o que é preciso atentar são os modelos, que podem ser tanto elétricos quanto à combustão e os cuidados específicos de cada.

No caso dos aparelhos a gás, carvão, óleo ou combustível, como há combustão natural, ou seja, a queima desses elementos, é emitido monóxido de carbono (CO), um gás incolor, invisível, inodoro e muito tóxico. Diferente do que se pode imaginar, isso vale também para equipamentos domésticos e não apenas os comerciais ou industriais.

O que acontece, de acordo com a SBPT-Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, é que, quando inalado, o CO se liga à hemoglobina, proteína que transporta o oxigênio no corpo pelo sangue. Ao invés de carregar oxigênio, a hemoglobina transporta o monóxido de carbono, levando ao envenenamento que, em casos mais graves, pode ocasionar coma e morte. Tudo em um rápido período de tempo, uma vez que a pessoa pode não perceber inalar o gás.

Ou seja, a segurança do sistema de aquecimento é garantida mediante a manutenção preditiva e cumprimento das normas técnicas vigentes. Quem pode auxiliar neste processo é o engenheiro civil, profissional registrado no CREA-SP, responsável pelo projeto de instalação de gás residencial. É ele quem prepara o estudo do local adequado para a tubulação, uma vez que esta difere dos tubos comuns, prevendo a exaustão do monóxido de carbono.

"O engenheiro deve fazer o projeto de encaminhamento da tubulação, indicando por onde ela vai passar para não ter nenhum problema de interferência com elemento estrutural, além de indicar a saída do gás", explica o conselheiro do CREA-SP, engenheiro civil Joni Matos Incheglu.

"Hoje em dia os aparelhos são muito modernos e seguros", completa. Mas isso não exclui a atenção com alguns cuidados. É importante que, anualmente, seja feita uma manutenção preventiva para limpar o equipamento, lubrificar as peças e verificar se a exaustão do CO está ocorrendo corretamente. "Como é um sistema que produz calor, com o tempo as peças ficam com resquício de carbonatação, que é uma interação físico-química. A manutenção aumenta a vida útil do aparelho, garantindo a segurança do mesmo", ressalta o engenheiro.

Já os modelos elétricos podem ser de três tipos: termoventilador, com resistência em mola; cerâmico, com placas de cerâmica; ou halógeno, com lâmpadas. Por serem portáteis, esses aquecedores não precisam de um preparo ou instalação específica, mas devem ser utilizados respeitando as normas técnicas e indicações do fabricante, com especial atenção para a voltagem e potência elétrica do local. Para saber se a estrutura suporta o tipo de carga, a avaliação de um engenheiro elétrico é crucial. "Quem vai dizer se a casa tem estrutura adequada, como disjuntor e cabeamento, é um profissional habilitado", afirma Incheglu.

O risco, quando em desconformidade, é de sobrecarga, levando a derretimento de cabos e até incêndios. A utilização inadequada, quando próxima de produtos inflamáveis, móveis, cortinas e outros tecidos, em ambientes úmidos ou de duração prolongada, também aumenta as chances de um problema de superaquecimento do aparelho e do redor.

Seja qual for o escolhido, qualquer indício de mau funcionamento deve ser consultado, prioritariamente com a nova avaliação de um engenheiro responsável.



Resolução nº 1.067, de 25 de setembro de 2015

Art. 1º Fixar os critérios para cobrança de registro da Anotação de Responsabilidade Técnica – ART referente a execução de obra, prestação de quaisquer serviços profissionais ou desempenho de cargo ou função referentes à Engenharia e Agronomia no Crea da circunscrição onde a atividade será realizada.

Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo também se aplica ao vínculo de profissional, tanto a pessoa jurídica de direito público

quanto de direito privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva atividades para as quais sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea. Art. 2º Os valores a serem efetivamente cobrados serão definidos anualmente pelo Plenário do Confea, por meio de decisão plenária específica para este fim, editada até sessão plenária do mês de setembro do ano anterior à vigência dos valores definidos.



(Tabela de valor de contrato aplicada à ART de obra ou servico)

OBRA OU SERVIÇO	
FAIXA	VALOR DO CONTRATO (R\$)
1	Até 8.000,00
2	De 8.000,01 até 15.000,00
3	Acima de 15.000,00

TABELA B

8

(Tabela de valor de contrato aplicada à ART de obra ou serviço de rotina)

OBRA OU SERVIÇO DE ROTINA	
FAIXA	VALOR DO CONTRATO (R\$)
1	Até 200,00
2	De 200,01 até 300,00
3	De 300,01 até 500,00
4	De 500,01 até 1.000,00
5	De 1.000,01 até 2.000,00
6	De 2.000,01 até 3.000,00
7	De 3.000.01 até 4.000.00

§ 1º A decisão plenária referida no caput deverá discriminar o valor aferido para o índice de reajuste efetivamente praticado para a correção dos valores, bem como os valores a

Acima de 4.000.00

serem cobrados para cada uma das sequintes faixas:

- § 2º O valor da ART referente à execução de obra incidirá sobre o valor do custo da obra.
- § 3º O valor da ART referente à prestação de serviço incidirá sobre o valor do contrato.
- § 4º Os contratos de obra ou serviço de rotina cujos valores de contrato forem superiores à faixa 8 (oito) da Tabela B deverão ter seus valores calculados segundo os critérios da Tabela A.
- § 5º Para definição dos valores da ART para o exercício seguinte, deverá ser utilizado o valor praticado no exercício vigente, corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE, acumulado no período de doze meses contados até agosto do exercício anterior a sua vigência, ou pelo índice oficial que venha a substituí-lo.

Em maio deste ano os incisos do Artigo 5º da Resolução Nº 1.067/2015 foram alterados e passaram a ter a seguinte redação:

 I – execução de obra ou prestação de serviço em locais em estado de calamidade pública oficialmente decretada;

II – execução de obra ou prestação de serviço para programa de interesse social na área urbana ou rural; e

III – cargo ou função de profissionais pertencentes ao quadro funcional de pessoa jurídica de direito público que tenha firmado convênio ou acordo de cooperação com o Crea com objeto de auxiliar a atividade finalística do Sistema Confea/Crea." (NR)



LUZES DA CIDADE

Até dezembro deste ano, toda a cidade será iluminada por lâmpadas LED

83 mil lâmpadas da iluminação pública serão substituídas e 12 mil novos pontos serão instalados nos próximos anos. O anúncio da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto veio acompanhado de uma novidade no modo de gestão da cidade: a PPP--Parceria Público Privada.

Pela primeira vez, a administração pública local firmou um contrato a partir de um leilão realizado na Bolsa de Valores, na capital paulista. Na definição da empresa que vai operar e explorar o serviço de iluminação, o engenheiro Antônio Duarte Nogueira Júnior, prefeito de Ribeirão Preto, teve direito até ao clássico momento simbólico de "bater o martelo".

A empresa vencedora do certame receberá R\$ 1.034.208,14 mensais pelo serviço. WA oferta teve deságio de 43,72% em relação ao valor limite estipulado pela Prefeitura. O contrato é de 13 anos e os recursos têm origem na taxa de iluminação pública, que já é recolhida mensalmente.

Serão substituídas as lâmpadas de metal pesado por lâmpadas LED. "Além de não poluentes, contribuirão para a segurança pública da nossa cidade, para a criação mais propícia de um ambiente de negócios, de turismo, para a segurança viária e com um ganho de sustentabilidade, sem onerar o tesouro municipal, além do recolhimento da contribuição de iluminação pública que já é feita há muitos anos", explicou o prefeito. Nogueira também afirmou que Ribeirão Preto pas-

sará a contar com maior agilidade no atendimento dos chamados para manutenção em iluminação,

"desobrigando o setor público de executar essa tarefa, que também passa a ser de responsabilidade da concessionária, além de uma melhor gestão de operação e manutenção a longo prazo", complementou.

Os serviços da Conecta Ribeirão Preto incluem instalação, melhoramento, desenvolvimento, modernização, expansão, manutenção e implantação de um sistema que torne o serviço mais eficiente na iluminação do município.

A Prefeitura prevê que as melhorias na iluminação comecem já em dezembro deste ano, com 83.132 pontos de iluminação de todas as regiões da cidade que terão as

> Atualmente, o serviço de iluminação pública é prestado pela CPFL, que faz a manutenção nas vias públicas. Já nas áreas municipais, como praças e parques, os trabalhos de manutenção são realizados pela Prefeitura. Com a PPP, todos os serviços serão de responsabilidade da concessionária.

lâmpadas convencionais substituídas por LED, promovendo redução de mais 3.800 toneladas na emissão de CO2. O contrato também promoverá a expansão de 900 pontos de iluminação a cada ano e aumento de 68% na eficiência energética.

Além dos pontos que terão as lâmpadas convencionais substituídas por LED, haverá ampliação da iluminação em mais 12.751 endereços, entre avenidas, ruas e praças de todas as regiões da cidade. As faixas de pedestres também terão iluminação específica, totalizando 3.028 locais, assim como 2.107 pontos de ciclovias e ciclofaixas na cidade.

A valorização dos espaços públicos e a preservação do patrimônio e da identidade cultural também serão contempladas na PPP, por meio de iluminação especial em 23 locais como o parque Luís Carlos Raya, Centro Cultural Palace, Theatro Pedro II, praças XV de Novembro, Carlos Gomes e das Bandeiras. O objetivo é dar maior visibilidade às características arquitetônicas e naturais, possibilitando melhor ocupação desses espaços pela população.

Fonte: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

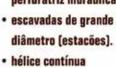
A segurança de sua obra começa pela **BASE**











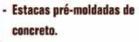
Estacas moldadas "in loco":











monitoradas.









- Estacas metálicas (perfis e trilhos].
- Tubulões escavados à céu aberto.





Força tarefa

Tatiane Brioli, chefe da Unidade Regional do CREA-SP, e Jairo Júnior, chefe da UGI de Ribeirão Preto, abriram os trabalhos da Força Tarefa do Conselho no final do mês de junho. Ao lado do presidente da AEAARP, engenheiro Fernando Junqueira, e do engenheiro Wilson Luiz Laguna, chefe da CAF, eles anunciaram as 320 diligências programadas para sete municípios: Ribeirão Preto, Jardinópolis, Sertãozinho, Pontal, Barrinha, Dumont e Pradópolis. A operação, que tem sempre caráter orientativo e preventivo. O intuito é garantir que intervenções de engenharia, agronomia e geologia tenham profissionais habilitados.



No CREA-SP

Os engenheiros Jairo Junior, Hudson Figueira, Marco Antônio da Silveira e Fábio Narciso estiveram com o engenheiro Vinícius Marchese, presidente do CREA-SP, no Fórum de Habitação e Desenvolvimento Urbano em São Paulo (SP).



CAU na AEAARP

A AEAARP sediou o Fórum Regional do CAU. No encontro, os profissionais debateram o tema "Direito autoral e conduta ética", com exposição sobre o assunto e roda de conversa sobre direitos autorais, uso das redes sociais entre outros temas.



Horta em casa

A oficina Horta em Casa, organizado pelo grupo AEAARP Mulher, compartilhou conhecimento sobre técnicas agrícolas ao mesmo tempo em que proporcionou o momento de troca de experiência entre os participantes.



Visita técnica

A AEAARP foi à Fispal 2023, o maior encontro mundial para as indústrias de alimentos e bebidas. Uma comitiva, organizada exclusivamente para associados, visitou a feira, que teve mais de 450 expositores.

Consulte a agenda de visitas técnicas da AEAARP na área de eventos do site www.aeaarp.org. br. Mantenha seu cadastro atualizado e adicione o número móvel da Associação nos seus contatos







Especialista em Manifestações Patológica<mark>s</mark>

Vistoria · Inspeção · Laudos · Consultoria · Diagnósticos · Reparos de anomalias







Tronco de pau-ferro

Tronco de farinha Seca

Tronco do pau-mulato

TRONCOS ORNAMENTAIS

Para além de flores e frutos, observe os troncos

A característica ornamental de uma árvore não se restringe à copa, ao formato das folhas, frutos e flores. O que torna uma árvore ornamental pode estar exatamente à altura dos olhos: o tronco.

A espécie conhecida como farinha seca é uma das que contemplam essa categoria. A árvore pode chegar a 20 metros de altura e, de crescimento considerado rápido, é usada em projetos de reflorestamento e recomposição de áreas verdes.

Outra que se enquadra nessa categoria é a conhecida como pau-ferro. O nome, segundo o engenheiro agrônomo Alexandre Tazinaffo, tem origem em uma lenda: o atrito entre o tronco e o machado produziria faíscas. A realidade, entretanto, é que sua madeira é resistente e densa. A característica ornamental é garantida pelo efeito marmorizado do tronco. Essa árvore atinge até 30 metros de altura e suas raízes não são agressivas, o que a torna ideal em projetos paisagísticos.

O pau-mulato compõe esse trio de troncos ornamentais. Neste caso, a cor muda conforme a estação do ano: esverdeado, castanho, avermelhado, pardo e prateado. A mudança na coloração acontece depois que se desprende

uma casca do tronco, revelando sempre uma superfície lisa e de aspecto escultural. Essa árvore chega a até 40 metros de altura e, diferentemente da farinha seca e do pau-ferro, tem crescimento lento.

O engenheiro agrônomo José Walter Figueiredo alerta que, assim como as gigantescas figueiras (veja reportagem da edição anterior), essas espécies também precisam de espaço para se desenvolverem em plenitude – e sem riscos para a população.

Ele aconselha o uso de farinhas secas, paus-ferros e paus-mulatos em praças e áreas de pelo menos quatro metros de diâmetro. Isto é: as calçadas eventualmente podem receber estas espécies de grande porte, desde que tenha indicação rigorosamente técnica. Sob fiação, ainda pior.

A farinha seca e o pau-ferro são nativos da Mata Atlântica. Isto é: podem ser encontrados em quase toda extensão territorial brasileira. O pau-mulato é uma espécie amazônica. Exemplares nativos, só naquela floresta. Em Ribeirão Preto são usadas em projetos paisagísticos, inclusive na fachada da AEAARP na Rua João Penteado.

atendimento em sala privativa sala de espera exclusiva estacionamento interno acessibilidade

Guias e autorizações para conveniados AEAARP/Unimed são emitidas exclusivamente pelo atendimento na associação.



Convênios de saúde da AEAARP para profissionais habilitados e associados a AEAARP e familiares



da Boa Vista



